



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMBE-SE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO DE REFERÊNCIA CONSOLIDADO

Órgão Requisitante: Secretaria Municipal de Assistência Social.

1. OBJETO

1.1. Sistema de registro de preços visando futura e eventual contratação de empresa na aquisição parcelada de **80 (oitenta) KITS DE ENXOVAL** para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições estabelecidas:

LOTE	Especificações Técnicas	Quant.	Unidade
1	KIT ENXOVAL CONTENDO: BANHEIRA PLÁSTICA DE 20L PARA BEBÊ (01), CAMISETA REGATA PARA BEBÊ RECÉM NASCIDO (03), SAÍDA DE MATERNIDADE MENINA/MENINO (01), KIT DE BANHO PARA BEBÊ RECÉM NASCIDO (01), KIT DE BOLSA MATERNIDADE (01), KIT DE CUEIRO PARA BEBÊ RECÉM NASCIDO (01), KIT DE TOUCA PARA BEBÊ RECÉM NASCIDO (01), FRALDA DESCARTÁVEL DE USO INFANTIL TAMANHO "P" (02 PCT), MANTA PARA BEBÊ RECÉM NASCIDO (01), MEIAS (PAR) PARA BEBÊ RECÉM NASCIDO (03 PARES), PIJAMA PARA BEBÊ RECÉM NASCIDO (01), TOALHA DE BANHO COM CAPUZ PARA BEBÊ RECÉM NASCIDO (01), TRAVESSEIRO PARA BEBÊ RECÉM NASCIDO (01), FRALDA DE TECIDO (01), BABADOR (01), TOALHA DE BOCA (02), KIT MAMADEIRA (01), KIT 3 MIJÃO (01), NINHO REDUTOR DE BERÇO PARA BÊBE COM MOSQUITEIRO. AZUL/ROSA (01), BODY TAMANHO (P, M) AZUL E ROSA (02).	80	KITS
Valor Total Estimado		R\$62.440,00	

ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS PRODUTOS

LOTE	Nº	DESCRIÇÃO	UNIDA DE	QUANTI DADE	V.UNIT ÁRIO	V.TOTAL
1	01	BANHEIRA PLÁSTICA DE 20L PARA BEBÊ	UND	80	R\$27,18	R\$2.174,00
	02	CAMISETA REGATA PARA BEBÊ RECÉM NASCIDO	UND	240	R\$8,52	R\$2.0444,80
	03	SAÍDA DE MATERNIDADE MENINA/MENINO	UND	80	R\$103,18	R\$8.254,40
	04	KIT DE BANHO PARA BEBÊ RECÉM NASCIDO	KIT	80	R\$12,92	R\$1.033,60
	05	KIT DE BOLSA MATERNIDADE	KIT	80	R\$80,38	R\$6.430,40
	06	KIT DE CUEIRO PARA BEBÊ RECÉM NASCIDO	KIT	80	R\$17,10	R\$1.368,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMBE-SE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07	KIT DE TOUCA PARA BEBÊ RECÉM NASCIDO	KIT	80	R\$19,47	R\$1.557,60
08	FRALDA DESCARTÁVEL DE USO INFANTIL TAMANHO "P"	PCT	160	R\$43,00	R\$6.880,00
09	MANTA PARA BEBÊ RECÉM NASCIDO	UND	80	R\$26,78	R\$2.142,40
10	MEIAS (PAR) PARA BEBÊ RECÉM NASCIDO	PAR	240	R\$13,74	R\$3.297,60
11	PIJAMA PARA BEBÊ RECÉM NASCIDO	UND	80	R\$28,54	R\$2.283,20
12	TOALHA DE BANHO COM CAPUZ PARA BEBÊ RECÉM NASCIDO	UND	80	R\$23,90	R\$1.912,00
13	TRAVESSEIRO PARA BEBÊ RECÉM NASCIDO	UND	80	R\$30,73	R\$2.458,40
14	FRALDA DE TECIDO	UND	80	R\$17,37	R\$1.389,60
15	BABADOR	UND	80	R\$24,22	R\$1.937,60
16	TOALHA DE BOCA	UND	160	R\$13,37	R\$2.139,20
17	KIT MAMADEIRA	KIT	80	R\$29,33	R\$2.346,40
18	KIT 3 MIJÃO	KIT	80	R\$12,43	R\$994,40
19	NINHO REDUTOR DE BERÇO PARA BÊBE COM MOSQUITEIRO. AZUL/ROSA	UND	80	R\$118,17	R\$9.453,60
20	BODY TAMANHO (P, M) AZUL E ROSA	UND	160	R\$14,64	R\$2.342,40

1.2. Os kits deverão ser entregues, conforme solicitação, nas dependências a serem indicadas por este, situada na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Av. Dr. Leandro Maciel, nº 08 – CEP: 49.660-000 - Centro de Cumbe - Sergipe, o padrão estabelecido pelo órgão e atender às especificações técnicas e requisitos de desempenho definidos no processo.

1.3. O fornecimento dos itens será executado de acordo com as necessidades do FMAS, de forma parcelada;

1.4. Os itens deverão estar estritamente de acordo com as especificações estabelecidas neste termo;

1.5. Não serão aceitos produtos que apresentem avarias, bem como produtos velhos, amassados ou com defeitos que prejudiquem a qualidade e segurança dos mesmos;

1.6. A fiscalização do Município, não elide nem diminui a responsabilidade do fornecedor;

1.7. O fornecedor compromete-se a substituir ou repor o produto quando:

- a) Houver no ato da entrega a apresentação de itens danificados, defeituosos ou inadequados ao uso;
- b) O produto não atender às diretrizes dos órgãos de controle de qualidade.

1.8. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de **12 (doze) meses** contados do(a) assinatura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMBE-SE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada por meio de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por lote, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, art. 17, § 2º, e art. 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os itens objeto deste termo de referência têm natureza de bens/serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Não será permitido nenhum tipo de subcontratação do objeto.

Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Após a seleção do fornecedor em conformidade com o Edital e seus anexos, bem como os procedimentos de adjudicação e homologação do processo, deverá ser formalizada a Ata de Registro de Preços documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual serão registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos ou as entidades participantes e as condições a serem praticadas. A despesa será formalizada por meio do termo de contrato ou outro instrumento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

5.3 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

5.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.5. A entrega dos KITS será de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da data de expedição da Ordem de Fornecimento emitida pelo Fundo Municipal de Assistência Social.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMBE-SE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

5.6. Os KITS serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.6. Os KITS poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7. Os KITS serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço ou fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato ou instrumento hábil deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. O fiscal do contrato ou instrumento hábil informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMBE-SE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).

7. PAGAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Recebimento do Objeto

7.1. Os KITS serão recebidos no prazo de 10 (dez), juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os KITS poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMBE-SE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMBE-SE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento de MENOR PREÇO POR LOTE.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, pertinente e compatível com o objeto do presente termo (art. 66, da Lei Federal nº 14.133/21);

8.4. Em caso de preposto, documento que demonstre autorização para o exercício de representação.

8.5. Será inabilitada a empresa que apresentar objeto social incompatível com o objeto desta licitação.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) (art. 68, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21);

8.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (art. 68, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21);

8.8. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei (art. 68, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/21);

8.9. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (art. 68, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21);

8.10. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (art. 68, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/21);

8.11. Cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#), mediante apresentação de declaração de que não empresa menor (art. 68, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21);

8.12. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal, será assegurado, aos licitantes detentores enquadrados na condição de ME/EPP, prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMBE-SE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

período a critério do órgão, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, §1º, da Lei 123/2006);

- 8.13. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.12. implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no rol art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração Pública Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 8.14. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.15. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

- 8.16. Comprovação de aptidão através da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, pertinente e compatível com o objeto do certame.
- 8.16.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.17. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. As certidões que não constem prazo de validade, serão consideradas válidas por 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão. (art. 69, II da Lei Federal nº 14.133/21).

09. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

10.1.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será indicada para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, conforme disposto no Art. 17 do Decreto Federal 11.462, de 31 de março de 2023.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, conforme o caso e aplicação.

Cumbe/SE, em 09 de setembro de 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMBE-SE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

ELIANE FEITOSA DOS SANTOS
Diretora de Assistência Social